



crítica | literatura | artes

jangada

ISSN 2317-4722

n.4, jul-dez, 2014

Literaturas Africanas e
Afro-brasileira

Motta Coqueiro ou a pena de morte

Uma trama entre a memória
social e a literatura

Motta Coqueiro ou a pena de morte, escrito em 1877, por José do Patrocínio, rememora o caso real do último enforcamento no Brasil, o do fazendeiro Motta Coqueiro, suposto mandante de um violento crime ocorrido no norte fluminense em 1852, controverso até a presente data, contra uma família de agregados, que vivia nas terras do citado fazendeiro. Porém, não restrito ao evento trágico, o romancista leva perspicazmente o leitor para uma narrativa, que ressalta o drama dos negros, dos agregados e do fazendeiro na estrutura colonial; que desnuda os critérios de cor e classe social no Brasil colônia; que evidencia o papel da Memória como uma ferramenta manipulável, ativa e estratégica nas relações sociais.

Palavras-chaves: José do Patrocínio; Motta Coqueiro ou a pena de Morte; romance; Memória Social.

Marcos Teixeira de Souza

Doutorando em Sociologia (IUPERJ/UCAM), membro pesquisador do Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA e professor da Universidade Estácio de Sá (UNESA).

Introdução

O romance *Motta Coqueiro ou a pena de morte*, escrito em 1877, por José do Patrocínio, um dos maiores abolicionistas e jornalistas do século XIX, narra a história de Motta Coqueiro, influente fazendeiro do norte-fluminense, que é acusado pelo bárbaro homicídio, com requintes de crueldade, contra uma família de agregados que vivia em suas terras. A família de agregados, formada por Francisco Benedito, sua esposa e três filhas moças, o filho moço Juca e mais duas crianças, viera de outras terras, e, num primeiro momento, conquistara a simpatia da família de Coqueiro, excetuando somente o vício de Francisco Benedito pela bebida. No enredo, as três filhas do casal de agregados - Antonica, Mariquinhas e Chiquinhas - despertaram, por serem lindas, a atenção masculina da localidade, sobretudo o interesse de três homens - Oliveira Viana, Manuel João e Sebastião, os quais, ao longo do romance, procurarão, cada um a seu modo, conquistar uma das filhas do agregado. Dentre os três referidos rapazes, um deles se destaca na narrativa de Patrocínio: Manuel João, que questionava a si mesmo, por ser mestiço, a respeito da possibilidade de uma moça branca, como Mariquinhas, desejá-lo. No íntimo, Manuel João desconfiava de uma suposta afronta de Motta Coqueiro contra a virgindade da moça.

Esta suspeita é também alimentada pelos dois companheiros de Manuel João, que veem muita liberdade entre as filhas do agregado com o fazendeiro, que em sua propriedade mantinha escravos. Uma das escravas, chamada Balbina, é singular no romance. Após ser expulsa da Casa grande, onde cuidava do filho do patrão, e ser lançada à senzala e ao trabalho no eito, esta se torna uma pessoa consciente, na própria pele, da aflição e condição imposta à etnia negra, sendo uma voz dissonante diante do *status quo* colonial. O trágico assassinato da família de agregados e suspeita da autoria de Motta Coqueiro e de outras personagens, entre elas, a esposa de Coqueiro, que

desconfia da fidelidade do marido, criam uma atenção propícia ao romance, além de outras tensões secundárias ao longo da obra.

Fora das páginas do folhetim, o ato bárbaro de assassinar a machadadas, a mando de um fazendeiro rico, uma família trabalhadora e indefesa e, em seguida, de a queimar, causou muita revolta na sociedade do norte fluminense, bem como em todo o Brasil, a ponto de não obter a graça do perdão do Imperador, que poderia alterar a sentença judicial proferida pelo juiz em Macaé.

O fim trágico do fazendeiro Motta Coqueiro era um assunto que, desde a infância, Patrocínio acostumara a ouvir. Era um fato popular. Segundo matéria da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, edições 428 e 429 (2005, p. 299), sobre a tragédia em Macabu: “O caso tendeu para quase uma lenda”.

Decerto era presente na memória individual de Patrocínio, que viu na revelação de uma nova versão para o acontecido, um material farto para empreender um romance. Até então, a *Gazeta de Notícias* não publicava romances de autores brasileiros, somente a tradução de folhetinistas estrangeiros. Segundo diz o biógrafo Uelinton Farias Alves (2009, p. 94), a *Gazeta de Notícias*, jornal fundado em agosto de 1875, por Ferreira de Araújo, foi uma das principais arenas em que Patrocínio empreendeu sua causa abolicionista, valendo-se principalmente do pseudônimo Proudhomme, uma alusão ao pensador francês Pierre-Joseph Proudhon. Nesta gazeta, Patrocínio, pouco a pouco, consolida seu nome como colunista na *Semana Política*, coluna na qual aborda com muita desenvoltura temas políticos, sobretudo aqueles relacionados à escravidão, às elites contrárias à Abolição, etc. A partir de um dos casos chegados à redação do *Gazeta de Notícias*, retomando, com uma nova versão, um evento de mais de vinte anos sobre um enforcamento de um rico fazendeiro do norte fluminense, Patrocínio escreve um romance. De acordo com Alves (2009):

Desse fato corriqueiro surgiu a oportunidade que Patrocínio esperava para lançar um folhetim de grande circulação para o momento sob o título “Motta Coqueiro ou a pena de morte”, Quando

encetou a publicação dos capítulos iniciais do romance, sempre aos sábados, no rodapé do jornal, o fez de maneira anônima, provavelmente com o receio de não poder levar adiante tão difícil empreitada, que lhe exigia trabalho redobrado. (ALVES, 2009, p. 102)

Expressa ainda Alves (2009) sobre este romance de Patrocínio publicado na *Gazeta de Notícias*: “Publicado inicialmente em fins de 1877, o material saiu em livro no início do ano seguinte, com muito reclame por parte da imprensa, sendo oferecido até na redação do jornal”. (ALVES, 2009, p. 102)

Com a ideia em mente, Patrocínio via consigo a oportunidade de alcançar, pelo menos, dois feitos: ser o primeiro brasileiro a publicar na *Gazeta de Notícias*, e ser o primeiro a propagar em maior dimensão uma nova versão a um fato que era presente na memória coletiva brasileira, sobretudo na corte, na província de Campos dos Goytacazes e nas circunvizinhanças.

Como se sabe por meio de muitos artigos escritos pelo jovem campista, a obra de Patrocínio composta em poesia, até então exposta nos jornais, anterior ao romance, em razoável parcela, estava calcada em memórias individuais. Subentende-se que a utilização de memórias individuais era um procedimento literário com o qual Patrocínio se sentia à vontade e/ou era mais propenso a fazer.

Nas duas extremidades do romance, ou seja, no primeiro e no último capítulos, o foco se dirige para o suplício de Motta Coqueiro e para a discussão sobre a pena de morte, que alçam importância. Os capítulos que se situam internamente a estas duas extremidades agrupam temas e situações mais ligados ao cotidiano dos personagens primários e secundários, descentralizando nestes capítulos qualquer vestígio da pena capital. O primeiro e o segundo capítulo encabeçam a discussão sobre a memória que, como se verá, estará em disputa consigo mesma, ou seja, entre a memória popular e a memória arquitetada pelo narrador concernente à inocência ou à culpa de Motta Coqueiro.

A animalização, a humanização e a cristianização da memória de Motta Coqueiro

Nos capítulos intermediários de sua obra, sem perder a necessidade de encadeamento com o primeiro e o último capítulo, Patrocínio constrói ou tem um espaço no qual discorreria sobre a estrutura rural vigente à época, os papéis sociais e raciais presentes nesta estrutura social, o dilema da escravidão, o amor submisso ao dilema de classe social e de raça. Há neste espaço intermediário do romance, um comprometimento de Patrocínio em descrever a sociedade rural, seu povo, as peculiaridades da estrutura social, pondo à margem, ou seja, nos capítulos primeiro e último, o drama de Motta Coqueiro.

Patrocínio poderia ter escrito um romance centralizando só o caso de Motta Coqueiro, mas não quis fazê-lo. O tigre da Abolição via a necessidade de trazer para o seu texto temas relevantes como a escravidão, o amor em meio a dilemas de classe, cor, etc. Efetivamente a escrita do seu primeiro romance não está dissociada de sua experiência pessoal, de uma memória. Ao contrário, esta experiência, intencional ou não, e, por extensão, a memória desta experiência, mostram-se no papel, ainda que não de forma exata, literal e linear - mas presente, consonante com o que Bergson (2006) afirma:

Na verdade, o passado se conserva por si mesmo, automaticamente. Inteiro, sem dúvida, ele nos segue a todo instante: o que sentimos, pensamos, quisemos desde nossa primeira infância está aí, debruçado sobre o presente que ele irá juntar, forçando a porta da consciência que gostaria de deixá-lo de fora. (BERGSON, 2006, p. 47)

Partindo da afirmação de Bergson (2006), é concebível que a experiência pessoal de Patrocínio tenha sido um material considerável para a realização do romance. Desde a infância, quando viu a estrutura escravocrata de perto, por anos, a olhos nus, por meio da vivência na fazenda do Imbé; desde a sua

chegada à corte, quando viu também de perto, a olhos nus, as dinâmicas de cor e classe social no âmbito profissional e, em especial, em sua tentativa de conquista do amor de Bibi e do apreço da família da moça; desde os primeiros anos de juventude, ao escrever sobre política, percebia como o jogo político é perverso; etc. todo esse passado, acumulado, se moveria para a escrita de seu primeiro romance, não somente pela concepção supracitada de Bergson (2006), mas também pela própria inclinação de Patrocínio com estas temáticas. Logo, dizer que o romance se ocupa apenas em tratar da questão da eficiência ou não da pena capital como uma paga social de um crime seria um equívoco, assim como afirmar que a obra despande sua força em tratar de um erro judiciário. Ocorre, na verdade, um preenchimento de outras temáticas que se apresentam ao leitor ao longo do romance, e, que inclusive, em alguns momentos desta prosa, ofuscam a sina da pena capital para Motta Coqueiro, ou dela se distanciam.

Tão-somente no primeiro e no último capítulo do romance é que se concentra o debate de ideias sobre a aplicabilidade da pena capital. É um debate, a bem da verdade, que se faz de modo praticamente unilateral, em que o autor, na função de narrador, constrói uma defesa argumentativa, às vezes em tom emotivo e grandiloquente, contra a pena de morte, rivalizando-se dos personagens defensores e da população macaense de modo geral, que se comportam de modo impiedoso contra o protagonista.

No primeiro e no último capítulo, Patrocínio retira do protagonista Motta Coqueiro - ou esconde do leitor - o papel social de mantenedor de um sistema escravocrata, ao deslocar a figura do fazendeiro para uma caracterização nova, em prol da construção de uma memória para Motta Coqueiro. O papel social de fazendeiro, diante da revolta popular, só avulta mais ainda o ódio da população contra Coqueiro, que o via como alguém que poderia mandar e desmandar na sociedade por meio da corrupção e do tráfico de influência. Logo, é preciso despír Coqueiro deste papel social, e colocá-lo mais próximo da sina de uma pessoa vitimada por um erro judiciário, ou ainda, por causa de uma

disputa política. Despido do papel social de fazendeiro, já que não consta qualquer referência do termo *fazendeiro* no primeiro capítulo, em que se dão os últimos lances de vida para Coqueiro, este avança para o patíbulo desprendido da figura de um membro usurpador na estrutura escravocrata. À medida que se delineia a tragédia vindoura para Motta Coqueiro, Patrocínio tenta remodelar o protagonista para duas caracterizações sucessivas.

A primeira tentativa é a de humanizar Motta Coqueiro, que no capítulo anterior fora desumanizado pelo título de *fera de Macabu*, a este conferido pela imprensa local e influente:

No *Cruzeiro*, sob a rubrica de alto efeito: *Caso horroroso*; no *Monitor*, sob três vezes mais comprometedora: *A fera de Macabu*, o submisso dicionário foi explorado pelos publicistas, impelidos pela sede vesana de adjetivos, ora sentimentais como um livro de Lamartine e que eram consagrados em nêias aos assassinados, ora infamantes como um barço e estes oferecidos, dedicados e consagrados a Motta Coqueiro. (PATROCÍNIO, 1977, p.223)

O título de *fera de Macabu*, além de outros, tomara as consciências do povo local e da nação como um todo, e transformara Motta Coqueiro num alvo frágil, pois se construía com estes dizeres veiculados pela imprensa local não só uma adjetivação, ou um ataque, mas, sobretudo uma memória, que teria um alcance social, e, portanto, passível de se tornar uma memória coletiva. É oportuno lembrar que o crime se deu em Macabu (atual município de Conceição de Macabu - RJ) que, à época, era um pequeno povoado pertencente à cidade de Macaé.

Sendo a imprensa uma das forças locais, a formação de uma memória coletiva de uma suposta ferocidade de Motta Coqueiro se disseminou com facilidade, embalada um por adjetivo vesano (insensato), *fera de Macabu*, que punha Motta Coqueiro na condição de desumano. Mais ainda, na condição de animalizar o fazendeiro, que não tinha a seu alcance um mecanismo à altura da imprensa local para contrapor a suposta

infâmia atribuída a ele. A animalização do humano Motta Coqueiro inspirava ainda mais o repúdio da população local e nacional, que aspirava ao réu uma pena exemplar, a forca.

Defensor de Coqueiro, Patrocínio tenta retirar este peso de animalização sobre o fazendeiro, transferindo-o para o algoz, isto é, para o carrasco, que passa a ser caracterizado como uma fera: “Fuzilava-lhe nas feições o garbo bestial do crime. (...) Pelas narinas carnudas e achatadas a sua boçal ignorância aspirava com o ar o alento necessário aos seus instintos de fera”. (PATROCÍNIO, 1977, p. 33). O mesmo ocorre, também, entre outras menções contidas no texto, por exemplo, em: “Revolvendo nas mãos o gorro vermelho iludia porventura a impaciência que lhe causava a demora da execução. Negaças de tigre antes de dar o bote à presa”. (PATROCÍNIO, 1977, p.36)

Caracterizar o carrasco sob este prisma de um ser animalizado simboliza mais do que um mero revide de Patrocínio. É prioritariamente uma crítica que formula para atacar a sociedade de modo geral e as instituições sociais que brutalizam o ser humano, que formam no interior dela(s) um carrasco, em outras palavras, um animal. Patrocínio desvia o leitor da memória coletiva sobre a fera de Macabu, e advoga em favor de Motta Coqueiro, transferindo, como se viu, a animalização para o carrasco. Patrocínio afirmará tal como o representante das instituições sociais e da sociedade; e paralelamente humanizando o fazendeiro, diante do leitor.

Assim, quanto à animalização do representante da sociedade (o carrasco), dentre outras, observa-se:

A religião no seu painel mostra que possui para as supremas desgraças o supremo perdão; a sociedade com o seu carrasco, alimentado com a lama das enxovias, diz-nos que para as acusações formidáveis ela só conhece o castigo iníquo e irreparável. (PATROCÍNIO, 1977, p. 32)

E ainda:

Havia, porém, um homem em quem a solenidade singela do ofício divino não produzia a menor impressão. Era o carrasco, o monstro negro, que brincava distraidamente com o seu barrete, revolvendo-o entre as mãos.

Estátua informe da escravidão, cujas falhas foram cheias com o asfalto do calabouço, argamassado com o sangue que os açoutes lhe tiraram do corpo, o desgraçado folgava talvez na sua brutalidade de fera.

Os brancos fizeram dele uma vítima; proibiram-lhe que afinasse os sentimentos pela compreensão exata da família, da religião e da pátria; devia ser-lhe grato poder vingar-se de um dos seus opressores. (PATROCÍNIO, 1977, p. 36)

Estas duas citações, que se localizam na narração, ou seja, que remetem a posicionamentos do narrador, expressam nitidamente o desejo de Patrocínio de fazer críticas diretas à sociedade pela postura que ela detém contra um refém da estrutura social, especialmente da judiciária e da política. Caracterizando-a como uma sociedade desumana ou animalizada, Patrocínio ataca-a, impondo a ela um *status* de perversa não só contra o negro, o agregado, o mestiço, mas contra quem quer que seja, inclusive contra um homem branco pertencente à classe dominante, que, embora pertença a esta classe, vê-se em disputa contra outro membro da classe dominante. A sociedade é vista como uma opressora, e parte desta opressão advém pela busca de poder sobre outros membros a qualquer custo, pela busca sobre a posse da terra, ranços da colonialidade.

A humanização de Coqueiro, em face à desumanização que sofrera no interior da memória coletiva macaense, é uma tática de Patrocínio para construir a inocência de Coqueiro. Esta construção da inocência se dá também pela tentativa de injetar uma memória de vitimização de um inocente, frágil presa da sociedade e das instituições políticas e judiciárias. O importante

nesta etapa é conduzir o leitor a sua própria memória individual sobre a inocência do suposto culpado, para que, à medida que o leitor interaja com a trama, tenha compaixão por Coqueiro, e lhe tire da posição de culpado para a de vítima de um sistema social ardiloso. As descrições acerca de Coqueiro no primeiro e no último capítulo, que encenam um Coqueiro fragilizado, contrastam muito com a força que o protagonista tinha nos capítulos intermediários.

Semelhantemente ao intento de animalização do carrasco, escamoteando a de Coqueiro neste aspecto, ocorrem diversas passagens que constroem no leitor uma memória individual de vitimização e de fragilização de Coqueiro, e não de uma fera, tal como se tem na memória coletiva da sociedade macaense.

Naquela hora, esse homem severo, completamente vestido de preto, e com o semblante embaciado pela mais sincera tristeza, parecia o latente remorso de uma população inteira, que vinha assistir à tragédia judiciária para mais tarde lavar a nódoa que manchava as vítimas da lei. (PATROCÍNIO, 1977, p. 27)

Outro exemplo:

Os juízes chegam ao tribunal com os estômagos cheios e os corações afagados pelos carinhos da família; riram ao almoço satisfeitos com a graciosidade dos brincos dos seus caçulas; riram à entrada do tribunal, alegrados pela jocosidade dos amigos; aplaudiram os tropos ardentes da acusação e da defesa e entusiasmaram-se com a arte revelada pelos juristas na elaboração do libelo e do contralibelo, e depois retirados para a sala secreta, submetem os quesitos, não ao critério formado pela sensata apreciação do entrecho do processo, mas aos preconceitos que em suas mentes de burgueses honestos foram arraigados pelos comentários e legendas abortados da ignorância popular, tão oficiosa em cooperar para o mal do

próximo, quanto remissa para fazer-lhe bem.
(PATROCÍNIO, 1977, p. 38)

A desenvoltura em argumentar nestes dois campos – a animalização do representante da sociedade e das instituições sociais e a humanização de Coqueiro – seduz o leitor para a tese de Patrocínio, que sente uma repulsa pela injustiça praticada pela sociedade macaense e pelas instituições locais que participam direta ou indiretamente na condenação de Coqueiro.

Como não se bastasse o argumento de humanização e vitimização de Coqueiro, Patrocínio aprofunda o grau de argumentação e, neste ponto, de emotividade em torno da construção de uma memória individual (do leitor) no tocante à inocência de Coqueiro, ao apelar para a construção de uma memória de um mártir.

Não podendo intervir nos rumos da história, sob pena de fugir ao objetivo de ser fidedigno a ela, eis a solução possivelmente máxima encontrada para tonificar o papel de vítima para Coqueiro e angariar o leitor à sua tese: Patrocínio traça o caminho de Coqueiro ao enforcamento e à morte numa perspectiva memorativa a Cristo. Ocorre, assim, a tentativa de cristianização da memória da morte de Coqueiro.

Segundo Jacques Le Goff (1990), o Cristianismo constituiu-se na Idade Média – e ainda o é – uma religião calcada muito na construção, na preservação e no reconhecimento da memória como parte de sua liturgia. Citando Oexle (1976), Le Goff (1990) menciona também que o Cristianismo se caracteriza como uma religião de recordação. A memória, no Cristianismo, teve uma relevância expressiva e um desenvolvimento substancial na Idade Média com base em:

Cristianização da memória e da mnemotecnica, repartição da memória coletiva entre uma memória litúrgica girando em torno de si mesma e uma memória laica de fraca penetração cronológica, desenvolvimento da memória dos mortos, principalmente dos santos, papel da memória no ensino que articula o oral e o escrito, aparecimento

enfim de tratados de memória (*artes memoriae*), tais são os traços mais característicos das metamorfoses da memória na Idade Média. (LE GOFF, 1990, p. 443)

Patrocínio se vale do princípio da *memória do desenvolvimento dos mortos* como um ponto de partida e, sobretudo, de chegada para convencer ao leitor sobre a inocência de Coqueiro. Ponto de partida no que concerne a descrever Coqueiro, desde o início de sua prisão até a chegada ao patíbulo, sob uma feição martirizada e cristianizada; e ponto de chegada no que se refere à execução de Coqueiro e à infâmia à memória do morto.

A construção de uma memória cristianizada de Coqueiro não se limitava a moldar o protagonista semelhante a Cristo ou a um mártir cristão. Segundo Pollak (1992), existem elementos constitutivos da memória que atuam sobre uma pessoa ou grupo social (ou Nação) e que se inter-relacionam:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os *acontecimentos* vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. (...). Além desses acontecimentos, a memória é constituída por *pessoas, personagens*. (...) Além dos acontecimentos e das personagens, podemos finalmente arrolar os lugares. (POLLAK, 1992, p. 02)

Percebe-se, no drama de Coqueiro, que ocorre a cristianização da memória na esfera do lugar, do acontecimento e da pessoa. Patrocínio engendra um quadro descritivo, com forte apelo emocional, em que os elementos constitutivos da memória propostos por Pollak (1992) são introduzidos no texto ficcional para assemelhar Coqueiro a Cristo ou a um mártir cristão. Assim, em relação à transfiguração de Coqueiro na pessoa de Cristo ou de mártir cristão:

Se se pode traçar paralelo a semelhante sofrimento, era como o do Cristo diante do cálix de amargura na tremenda noite do Horto.

Ambos, porém, acabaram pela resignação, e tiveram a serenidade heróica de encarar, caminhar e subir ao patíbulo, dando de esmola à atroz perseguição o perdão sincero dos seus espíritos calmos. (PATROCÍNIO, 1977, p. 251)

A aproximação da memória do sofrimento de Cristo com a memória do suplício de Coqueiro se alinha de tal maneira que Patrocínio se utiliza do termo *ambos*, para fundir em uma só memória, e assim empreender seu objetivo de inocentar diante do leitor, na memória, Motta Coqueiro. Não só este termo, as atitudes narradas a respeito de Coqueiro ante a condenação validam a sensação de uma memória cristianizada de Coqueiro.

O elemento constitutivo da memória *Pessoa* assoma-se a outro elemento fundamental neste processo de construção de uma memória cristianização para Coqueiro: o lugar. A rua, na sina de Coqueiro até o patíbulo, torna-se a via-crúcis.

Ora envolvido no rufo rouco dos tambores, ora atravessado pelo badalejar da campã e pelo clangor das cornetas, o préstito seguiu vagarosamente pelas ruas mais concorridas da cidade, até parar em frente à igreja, onde o pregoeiro em alta voz leu ainda uma vez a sentença irrevogável, que devia manchar na cabeça de um homem o nome de toda a sua família. (PATROCÍNIO, 1977, p. 34)

O acontecimento, um dos três elementos constitutivos da memória na concepção pollakiana, em si mesmo, é dirigido para uma interpretação de uma memória cristianizada de Coqueiro: a aflição inicial, a forma resignada, praticamente muda ante a subida ao patíbulo, os insultos e a hostilidade da população, a conspiração articulada contra o réu, a morte injusta, entre outros aspectos, figuram um acontecimento semelhante ao da crucificação de Cristo. É pertinente frisar que a articulação destes

aspectos no texto prima por um sentimento de aproximação da redenção do protagonista.

Alguns dias depois da sua chegada a Macaé, cuja população recebeu-o com as mais hostis e ruidosas manifestações, aumentadas de odiosidade dia por dia, graças aos libelos dos homens de influência, e muito particularmente do Dr. Velho da Silva, por esse tempo delegado de polícia e juiz municipal, Motta Coqueiro foi mandado para Macabu a fim de ser interrogado. (PATROCÍNIO, 1977, p. 229)

Assim, ocorre não só a construção de uma memória coletiva de mártir para Motta Coqueiro. Pode-se paralelamente observar o apagamento, a produção do esquecimento de uma memória coletiva de um Motta Coqueiro *fazendeiro* e *capitão*. No último capítulo, Patrocínio descreve várias vezes Coqueiro como *fazendeiro*, no entanto, nenhuma como *capitão*. No primeiro capítulo, cujo personagem já se encontrava na condição de sentenciado, os termos *fazendeiro* e *capitão* não aparecem na trama, motivado certamente pela necessidade de caracterizar o personagem com uma identidade mais cristianizada e, conseqüentemente, lograr no intento de montar uma memória para Coqueiro numa versão de mártir, renegando assim a pôr neste primeiro capítulo, que o derradeiro da vida de Coqueiro, os termos *fazendeiro* ou *capitão*. Como expressa Pollak (1992:08), o não-dito também assume relevância, porque evidencia uma intencionalidade, um objetivo que leva aquele que propõe a criar ou contar uma memória a manipulá-la segundo interesses próprios.

Além da imprensa, existe outro lugar produtor e/ou disseminador da memória coletiva sobre a fera de Macabu: a rua. Esta também era um espaço de formação e propagação desta memória coletiva, sobretudo numa cidade interiorana que não dispunha de muitos meios de comunicação à época. É nela - na rua - que se dá a movimentação das notícias, das falas, das hipérboles que cercam o nome de Motta Coqueiro, e que tornam a memória coletiva uma memória viva e ativa na sociedade

descrita por Patrocínio. Roberto DaMatta, em *O que faz o Brasil, Brasil?* (1986), analisando o povo brasileiro sob um prisma que contempla as particularidades da identidade e cultura brasileira, cita a rua como um espaço social do *movimento* em paralelo à casa:

É claro que a rua serve também como o espaço típico do lazer. Mas ela, como um conceito inclusivo e básico da vida social – como “rua” –, é o lugar do movimento, em contraste com a calma e a tranquilidade da casa, o lar e a morada. (DAMATTA, 1986, p. 19)

Tal distinção estabelecida por DaMatta (1986) colabora em muito para o que se pretende inferir sobre a ação da memória (tanto individual quanto coletiva) na estrutura social da localidade descrita por Patrocínio, inclusive na brasileira. A memória coletiva sobre a fera de Macabu é vivenciada, alimentada na rua, ainda que seja obviamente possível que também o seja na casa. Mas é na rua que esta memória coletiva tem um peso maior, porque neste espaço ocorre o fortalecimento dela, a socialização do evento, o sentimento de que o que está na memória de um é a memória coesa de um grupo social, que deseja a pena capital para Motta Coqueiro.

Pollak (1992) entende que existem três elementos constitutivos da memória, um deles é o lugar:

Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. (...) Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração. (POLLAK, 1992, p. 02)

No caso da trama do romance, a rua se afirma como um lugar da memória pela circulação de falas e memórias que nela habitam. É um lugar no qual a voz do cidadão (e de sua memória individual sobre Motta Coqueiro) se exhibe, bem como é influenciada pelo coletivo, formando uma “compacta massa de

povo” (PATROCÍNIO, 1977, p. 26). A rua, como define DaMatta (1986), é o lugar do movimento, portanto, é o lugar onde a memória coletiva irá circular, irá ter peso como evento social, e não como algo pessoal. A circulação da memória coletiva aviva a trama de Patrocínio, que pinta o quadro com vivacidade, levando o leitor para as ruas de Macaé, para se misturar ao pensamento da multidão.

Porém, o ideário de Patrocínio, diante da correnteza da multidão que abrigou na mente uma memória coletiva anti-Motta Coqueiro, é dirigir o leitor para a tese da inocência de Motta Coqueiro. Uma das tentativas, até promissora, é a de desfigurar a multidão da condição de julgamento imparcial. Mais do que desdizer a multidão sobre a inocência ou não de Motta Coqueiro, a estratégia é desqualificá-la de racionalidade para o debate. A multidão descrita por Patrocínio está fragilizada por uma sentimentalização excessiva sobre o crime, está envolta às *vesânicas* da imprensa, o que a faz refém do posto de julgadora. Outra estratégia é a de escalar dois personagens, Sr. Martins e Sr. João Seberg, para contrapor à memória coletiva sobre a fera de Macabu:

Desanimado e entristecido por não encontrar na compacta massa de povo uma pessoa só que concordasse consigo, plenamente, na inocentação de Coqueiro, Martins atravessava rapidamente o beco do Caneca, quando foi detido por uma vigorosa mão. (PATROCÍNIO, 1977, p. 26)

Infere-se da expressão “compacta massa de povo” que a memória coletiva do povo macaense estava construída em torno do desejo de condenação de Motta Coqueiro. Ou seja, a memória coletiva já tinha uma força social expressiva, que se retroalimentava principalmente na rua. A fala do narrador não se ocupa de um espaço definido, de um lócus fixo, cabendo, porém, aos personagens Sr. Martins e Sr. João Seberg a inserção de um pensamento oposicionista à massa compacta na rua. As falas destes dois personagens, ancoradas em parte na memória individual destes sobre Motta Coqueiro não conseguem rivalizar-se com a força da memória coletiva na trama, pois esta memória

costuma sobrepor-se àquela. Contudo, criam, no leitor, um quadro de ligeira dúvida sobre a culpabilidade de Coqueiro. Isto porque as falas e memórias individuais sobre Motta Coqueiro carregam um tom de intimidade com a vítima e consideração por ela, proporcionando aos dois personagens razoável credibilidade.

Com a presença da memória individual lida nas falas de Sr. Martins e Sr. João Seberg, Patrocínio reinventa a rua como um espaço intimista, e faz um contraponto à massa. Se em DaMatta (1986):

Assim, conforme tive que repetir inúmeras vezes, somos uma pessoa em casa, outra na rua e ainda outra no outro mundo. Mudamos nesses espaços de modo obrigatório porque em cada um deles somos submetidos a valores e visões de mundo diferenciados que permitem uma leitura especial do Brasil como um todo. A esfera de casa inventa uma leitura pessoal; a da rua, uma leitura universal. (DAMATTA, 1986, p. 19)

Neste romance de Patrocínio, a rua assume também a condição de ser um espaço circulante da memória individual, de leitura do pessoal, ainda que seja na perspectiva do personagem para o leitor. A rua, com esta nova característica, ganha um contorno de dualidade: ser uma esfera pública e privada na qual circulam memórias individuais e coletivas, de ser, metaforicamente, a casa da memória, seja esta individual ou coletiva, em razão de acolher as diversas expressões e impressões memorativas relacionadas a Motta Coqueiro.

A mutabilidade de comportamento (e identidade) do brasileiro entre os espaços a que se refere Damatta (1986) sugere pensar que a massa compacta era composta por indivíduos de comportamentos e personalidades diversos, mas que se uniformizam em torno da memória coletiva, a fim de atender a uma solicitação da memória coletiva recém-organizada ou estimulada que parece ser socialmente relevante, por envolver a segurança de todos os membros da sociedade.

O embate entre a memória individual dos dois personagens e a memória coletiva do povo macaense se configurava desigual, haja vista a dramatização que o cerca, em passagens como: “O nome de Motta Coqueiro era proferido com horror e bem assim os dos seus cúmplices, e as mães, ao verem-nos passar, ensinavam às criancinhas a maldizê-los”. (PATROCÍNIO, 1977, p. 25)

O clima de insegurança, patrocinado pela memória coletiva, que se fizera principalmente da imprensa para o povo, mostrava que as posições de Sr. Martins e de Sr. Seberg seriam facilmente desprezadas ou combatidas pela multidão. Ambos sabem que se tratava de uma luta desigual – de duas memórias individuais contra uma memória coletiva arraigada na população macaense e brasileira – tanto que já entraram em cena na obra como figuras a caminho praticamente da derrota em relação à tentativa de absolvição de Coqueiro, embora façam esforços para tentar livrar o amigo da força.

Ao escrever o romance, diante da fidelidade de Patrocínio ao fato histórico, não restaria a ele outra opção a não ser a força para Coqueiro. Entretanto, não impedia a ele a construção e fortalecimento de sua tese a favor da inocência de Coqueiro. Condicionar o episódio da condenação de Coqueiro a um erro judiciário, a uma luta política, a um forte clamor popular, entre outras ações, colabora para dar um tom de inocência a Coqueiro.

Considerações finais

Sabe-se que Patrocínio, desde sua infância em Campos, conhecia a história trágica do enforcamento de Motta Coqueiro, bem como as diversas versões sobre a mesma. Por certo, ouvira a versão do pai, da mãe, de vizinhos da Fazenda do Imbé, de outros moradores de Campos, etc. as quais por certo continham visões diferenciadas sobre a culpabilidade de Motta Coqueiro. Uma vez crescendo e ouvindo variadas versões sobre a culpabilidade ou

não de Coqueiro, o certo é que ele adquiriu uma memória individual e coletiva (esta última, variadas) sobre o fato.

A ideia de escrever uma versão para o enforcamento de Coqueiro vem, segundo Magalhães Junior (1969, p. 48), em razão de uma nova versão, chegada por telegrama, em 1877, à redação da *Gazeta de Notícias*, revelando a autoria de outrem no que concerne ao massacre na fazenda de Macabu. Não se sabe, porém, qual era a versão que dominava a mente de Patrocínio, o certo é dispunha de uma memória individual e coletiva, herdadas na infância em Campos, que não se constituía irrelevante tanto para si, quanto para o povo, levando-o a escrever o romance. Além disso, Patrocínio reunia consigo condições de escrever esta obra. Fazia parte de suas memórias e tinha um apelo popular.

A memória coletiva no tocante à *fera de Macabu* constitui um exemplo, entre tantos, de que a memória coletiva não nasce ao acaso. Pollak (1992) postula que a memória é passível de disputa entre os diversos grupos presentes numa sociedade. A Memória constitui-se como um instrumento de poder e, por isso, é alvo de interesse na sociedade. Tal disputa exhibe as forças dos grupos heterogêneos na sociedade e demonstra que caminhos são direcionados para a sociedade. Neste sentido, esconder, enaltecer ou mitigar uma memória entre outras ações que envolvam o posicionamento dela dada pelos grupos constituídos em uma sociedade, atentando para sua natureza que transpassa o passado, atinge o presente, e ousa a querer dizer o que uma sociedade deve lembrar no futuro, não por vontade própria desta, mas pela ação planejada por um grupo notadamente hegemônico, que deseja manter seu poder de coerção, de dominação. A forma como é posta e articulada uma memória social, em *Motta Coqueiro ou a pena de morte* (1977), é um oportuno exemplo de como a literatura está para além de um jogo de palavras e ideias.

Referências

ALVES, Uelinton Farias. **José do Patrocínio: a imorredoura cor do bronze**. Rio de Janeiro : Garamond, 2009.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BERGSON, Henri. **Memória e vida; textos escolhidos por Gilles Deleuze**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. 43ª Ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BRUZZI, Nilo. **José do Patrocínio, romancista**. Rio de Janeiro: Aurora, 1959.

COUTINHO, Afrânio (org.) **A literatura no Brasil**. Vol I e VI. São Paulo: Global Editora, 1997.

COUTINHO, Afrânio. **Introdução à literatura no Brasil**. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DANTAS, Carolina Vianna. **O Brasil "café com leite": debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor das primeiras décadas republicanas**. Rio de Janeiro: Tempo, v. 13, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. **A vida turbulenta de José do Patrocínio**. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1969.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. **História da Literatura Brasileira: Prosa de ficção de 1870 a 1920**. Rio de Janeiro: Livraria J. Olympia Editora/MEC, 1973.

MÖLLER, Renato César. **A fera de Macabu: memórias de um crime, uma pena de morte e uma maldição**. Rio de Janeiro: UERJ, Tese de Doutorado, 2007.

ORICO, Osvaldo. **O tigre da Abolição**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpia Editora, 1953.

PATROCÍNIO, José do. **Motta Coqueiro ou a pena de morte**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves/SEEC, 1977.

PINTO, Jorge Renato Pereira. **José do Patrocínio: o herói esquecido**. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2003.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Cpdoc/Fundação Getúlio Vargas. v.2, nº 3, 1989. p. 3-15.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Cpdoc/ Fundação Getúlio Vargas. vol. 5. nº 10, 1992. p. 200 a 215.

RABASSA, Gregory. **O negro na ficção brasileira**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965.

TINOCO, Godofredo. **Motta Coqueiro, a Grande Incógnita**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1966.